

10. Transformação do minério em ferro gusa
 11. Fornos para aiação
 12. Classificação dos processos de fundição
 13. Fundição em areia, em casca e em moldes metálicos
 14. Fundição de precisão
 15. Defeitos em peças fundidas

BIBLIOGRAFIA
 ASM INTERNATIONAL HANDBOOK COMMITTEE. Steel heat treating fundamentals and processes. Materials Park, OH: ASM International, 2013. v. 4.

AMERICAN SOCIETY FOR METALS HANDBOOK. Casting. Metals Park: American Society for Metals, 2008. v. 15.

BALDANI, R. L.; VEIRA, E. A. Fundação: processos e tecnologias coradas, 2. ed. São Paulo: Érica, 2014.

BHADESHIA, H. K. D.; HONEYCOMBE, R. W. K. Steels: microstructures and properties, 4th ed. Elsevier Science and Technology, 2017.

CALLISTER, W. D.; RETHMISCH, D. G. Material science and engineering: an introduction. 10th ed. New York: John Wiley, 2018.

COLPAERT, H. Metalografia dos produtos siderúrgicos comuns, 4. ed. São Paulo: Edgar Blücher, 2008.

GARCIA, A. Solidificação: fundamentos e aplicações, 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

HONEYCOMBE, R.W.K. Acos: microestrutura e propriedades. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

PADILHA, A. F. Materiais de engenharia: microestrutura e propriedades. São Paulo: Hemus, 2007.

SANTOS, R. G. Transformações de fases em materiais metálicos. Campinas: Unicamp, 2007.

SHAKELFORD, J.F. Introduction to materials science for engineers, 8th ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2015.

SILVA, A. C. M. B. Aços e ligas especiais, 3. ed. São Paulo: Edgar Blücher, 2010.

CAMPUS DE ILHA SOLTEIRA
FACULDADE DE ENGENHARIA
CAMPUS DE ILHA SOLTEIRA
EDITAL Nº 14/2022-SDIRH

Admissão aberta em termos do Despacho nº 46/2022-RUNESP de 12/01/2022, publicado em 13/01/2022 e com base na Resolução UNESP nº 58/2018 e alterações posteriores e Portaria UNESP nº 98/2021, as inscrições do Concurso Público de Provas e Títulos para contratação de 1 (um) PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no ano letivo de 2022, pelo prazo máximo de 10 meses, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área: Representação Gráfica, subárea de conhecimento: Desenho e na disciplina: Desenho Básico, junto ao Departamento de Matemática da Faculdade de Engenharia da UNESP - Campus de Ilha Solteira.

O candidato deverá exercer as atividades de docência em cursos de graduação nos períodos diurno e/ou noturno, dependendo das necessidades do Departamento.

1. REMUNERAÇÃO
 1.1. O salário de Professor Substituto é de R\$ 1.371,79, correspondente à referência MS-2, em 12 horas semanais, acrescido de benefícios regulamentados internamente.
 OBS: Caso o candidato tenha título superior ao exigido, o salário será correspondente à titulação comprovada.
 Por tratar-se de contratação em caráter emergencial e temporária, ainda que o candidato venha a obter titulação acadêmica superior, homologada após a assinatura do contrato, esta não será considerada para fins de aumento salarial.

2. INSCRIÇÕES
 2.1. As inscrições serão recebidas via internet, no endereço eletrônico <https://inscricao.unesp.br>, no período de 01/02/2022 a 15/02/2022, no horário das 00:00 às 23:59h, observado o horário de Brasília.
 2.2. O candidato deverá preencher o formulário eletrônico do site de inscrições e realizar o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 118,00 por meio de transferência ou depósito bancário na conta-corrente da FEUSUNESP – CUPF, 48.031.918/00115-20 - Banco do Brasil - 001 - Agência: 2833-9 - Conta-Corrente: 107.538-1.
 2.3. A inscrição só será validada mediante pagamento do valor total da respectiva inscrição no prazo final do período indicado no item 2.1.
 2.4. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição, satélites às exigências do item 5.

3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO
 3.1. Poderão inscrever-se graduados em curso superior que tenham, no mínimo, título de Mestre ou portadores de certificado de especialização em nível de pós-graduação na área da disciplina que pretendem lecionar. A qualificação necessária à inscrição para o concurso será demonstrada por estudos, em nível de graduação, na área, subárea do conhecimento à qual se integra a disciplina ou conjunto de disciplinas objeto do concurso.
 3.1.1. Os diplomas de graduação com validade nacional ou os obtidos no exterior serão aceitos para fins de inscrição;
 3.1.1.1. Os diplomas de graduação obtidos no exterior deverão estar reválidos por Universidades Públicas, atendendo os termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996.
 3.1.2. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado serão aceitos, quando obtidos em cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).
 3.1.3. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado obtidos no exterior serão aceitos, desde que estejam reconhecidos e registrados por universidades que possuam cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).
 3.2. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte, entretanto, por ocasião da contratação deverá comprovar, ser portador de visto permanente ou a cédula de identidade com visto temporário com prazo de validade compatível. Caso ainda não possua, deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, cópia simples do protocolo do pedido de visto temporário.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO
 4.1 Para a confirmação da inscrição o candidato deverá preencher o formulário de inscrição, indicando nome completo, número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, anexando, em formato "Portable document format" (PDF), frente e verso, os documentos abaixo:
 4.1.1. Pelo menos um dos seguintes documentos de identificação com foto: cédula de identidade; carteira nacional de habilitação; cédula de identidade de estrangeiro com visto permanente ou temporário e na falta desta, o passaporte, no caso de candidato estrangeiro;
 4.1.2. comprovante de graduação em curso superior, bem como de ser portador do título de Mestre ou portadores de certificado de especialização em nível de pós-graduação na área da disciplina que pretendem lecionar, no período da defesa da tese, condicionada a apresentação do título homologado, na ocasião da contratação, (quando for o caso).
 4.1.3. nos casos de transferência ou depósito bancário, o candidato deverá anexar o comprovante da operação bancária na área do candidato do sistema de inscrições no endereço eletrônico <https://inscricao.unesp.br>.
 4.1.4. Currículo Lattes documentado das atividades realizadas, (inclusive com o histórico ensino - graduação e pós-graduação do candidato) no qual sejam indicados os trabalhos publicados e todas as demais informações que permitam cabal avaliação do mérito do candidato.

4.1.5. Os candidatos estrangeiros podem se cadastrar no site da Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
 4.2. No ato da contratação, a apresentação das vias originais da documentação mencionada neste edital poderá ser solicitada.
 5. **REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – LEI 12.782/2007**
 5.1. A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinquenta por cento), será concedida aos candidatos interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:
 I – sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.
 II – percebam remuneração, mensal, inferior a 02 (dois) salários mínimos, ou estejam desempregados.
 5.2. A concessão da redução ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, no ato da inscrição, dos seguintes documentos:
 I – quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:
 a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada.
 b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;
 II – quando às circunstâncias previstas no inciso II do item 5.1, deste Edital:
 a) comprovante de renda ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.
 5.3 O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá acessar nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição, de 0:00h do dia 01/02/2022 às 23:59h do dia 02/02/2022, observado o horário de Brasília, no endereço eletrônico <https://inscricao.unesp.br> (no campo INSCRIÇÕES COMPLEMENTARES, do formulário de inscrição), ler e aceitar o requerimento.

5.3.1. O candidato deverá atestar a veracidade das informações documentais no requerimento de redução de taxa, sem prejuízo de eventual apresentação dos originais caso a Unesp entenda necessário. Em caso de declaração falsa, haverá sanções administrativas, civis e penais.
 5.4. Somente serão aceitos os documentos dos quais constem todos os dados necessários à sua perfeita análise.
 5.5. O deferimento ou indeferimento das solicitações de redução de taxa de inscrição será disponibilizado no local das inscrições no dia 03/02/2022 a partir das 14 horas e, no caso de indeferimento, o prazo para interposição de recurso será de 03 (três) dias contados a data de divulgação.
6. DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES
 6.1. No prazo previsto no item 2.1 a Comissão Examinadora, em 48 (quarenta e oito) horas após de publicado no Diário Oficial do Estado-DOE e divulgado o site da Unidade o ato formal de sua constituição, decidirá acerca das inscrições efetuadas, divulgando o ato decisório no endereço eletrônico indicado no edital e nos endereços acerca dos recursos regulamentares cabíveis para a hipótese de indeferimento.
 6.1.1. Será publicada, no Diário Oficial do Estado – DOE, Poder Executivo – Seção I a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas, por não se enquadrarem nas exigências estabelecidas no presente edital.
 6.1.2. candidato poderá requerer no seguinte e-mail: stdirh.feius@unesp.br, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação a que se refere o item anterior, reconsideração quanto ao indeferimento de sua inscrição, que será apreciada pela Comissão da Unidade Universitária, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do prazo final de recurso.

7. COMISSÃO EXAMINADORA
 7.1. As provas serão avaliadas por Comissão Examinadora especialmente criada para o certame.
 7.2. A Comissão Examinadora será indicada pelo Conselho do Departamento de Ensino e constituída por ato formal da Congregação da Unidade Universitária, depois de encerradas as inscrições.
 7.3. A Comissão será integrada por 6 (seis) docentes (3 membros titulares e 3 suplentes) da área e disciplina objeto do concurso e com titulação igual ou superior àquela exigida dos candidatos.
 7.4. A composição da Comissão Examinadora será divulgada no endereço eletrônico da universidade, paralelamente ao hiperlink de acesso ao edital do concurso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização da primeira prova.
 7.5. No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.
 7.6. Terá legitimidade para apresentar a impugnação:
 a) qualquer candidato com inscrição deferida;
 b) membro da Congregação da Unidade Universitária;
 c) membro da própria Comissão.

7.6.1. A impugnação será julgada pelo Diretor da Unidade no prazo de até 2 (dois) dias, em decisão fundamentada.
 7.6.2. Se acolhida a impugnação, competirá ao Diretor da Unidade, de imediato, substituir o membro da Comissão Examinadora, respeitadas as mesmas exigências de qualificação original e renovada a possibilidade de impugnação a partir da publicação do ato.
 7.6.3. Ainda que não haja impugnação formal, o Diretor da Unidade poderá determinar ex officio, de forma fundamentada, a substituição de membro da Comissão caso tenha conhecimento de causa de impedimento não declarada (verdade salubridade). Com a nova publicação observará-se o disposto nos itens anteriores desta disciplina.
 7.7. Será considerada definitiva a Comissão Examinadora:
 a) quando não tenha sido apresentada qualquer impugnação; ou
 b) se a impugnação apresentada não for acolhida;
 c) se acolhida a impugnação, for definitivamente superada a falha.
 7.8. A impugnação da Comissão Examinadora deverá ser protocolada Seção Técnica de Comunicações dentro do prazo previsto no item 7.5.

8. PROVAS, REALIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E JULGAMENTO
 8.1. O concurso de provas e títulos constará de três fases:
 I - prova escrita, de caráter classificatório (Peso 1);
 II - prova ditada, de caráter classificatório (Peso 2);
 III - análise de Currículo Lattes documentado, de caráter classificatório (Peso 1)
 8.2. O concurso poderá ser realizado, a critério da Unidade, de dois modos: presencial ou híbrido, que será divulgado quando da convocação para as provas.
 8.2.1. O modo presencial será aplicado de acordo com as normas vigentes na Unesp e os membros da Comissão Examinadora deverão estar presencialmente no local em que o concurso será realizado.
 8.2.2. No modo híbrido serão adotados os seguintes critérios:
 I – os candidatos, o presidente e os demais membros da Comissão Examinadora que pertencem a unidade de origem do concurso deverão, necessariamente, estar presencialmente nas dependências físicas onde o concurso será realizado;
 II – os membros da Comissão Examinadora que sejam externos à Unesp, ou a unidade de origem do concurso, participarão de forma remota, por meio de sistemas de videoconferência, ou outros meios eletrônicos de participação à distância.
 8.3. Durante a realização da prova, caso seja verificado problema técnico que inviabilize a participação de membros da Comissão Examinadora externos à unidade de origem do concurso, em não havendo restabelecimento da conexão no

prazo de trinta minutos, a etapa será suspensa, com convocação posterior de novo data.
 8.2 – Havendo o restabelecimento da conexão, a prova será retomada a partir da etapa em que houver ocorrido a interrupção temporária ou, diante da impossibilidade de retomada, será integralmente refeita.
 8.4. Se as provas forem finalizadas antes de interrupção por problemas técnicos,
 8.4 – As ocorrências de problemas técnicos deverão ser registradas no relatório do concurso.
 8.5 – A arguição, a análise e a avaliação realizadas de forma remota pelos membros externos da Comissão Examinadora ocorrerão nas mesmas condições oferecidas aos membros internos no prova presencial.
 8.3. As provas só terão início depois de publicadas a decisões de recursos eventualmente interpostos contra o indeferimento das inscrições.
 8.4. Os critérios e respectivas pontuações de avaliação das provas, julgamento, classificação e desempenho serão definidos pelo Conselho do Departamento de Ensino na Unidade Universitária, valendo-se de legislação específica, elaborada pela unidade e aprovada em Congregação, observadas as seguintes particularidades:
 8.4.1. Nas duas primeiras fases do concurso, a avaliação de cada candidato constituirá ato privativo do integrante da Comissão, o qual deverá apresentar as suas notas de forma reservada à Presidência do órgão.
 8.4.2. Apuradas todas as notas, serão divulgadas as médias finais, na ordem de classificação, permitindo a qualquer candidato, a pedido, o acesso às planilhas de composição das notas de todos os candidatos.
 8.4.3. O resultado do concurso será homologado pela Congregação da Unidade Universitária e publicado no Diário Oficial do Estado – DOE.
 8.5. Considerando as recomendações e medidas dos centros e departamentos governamentais do Estado de São Paulo, com vistas à prevenção do contágio e ao combate do novo Coronavírus (COVID-19), serão observados as condições de distanciamento social e limitações relativas à prevenção do contágio da COVID-19, devendo o candidato:
 8.5.1. Se estiver com sintomas de COVID-19 ou se teve contato com alguém doente ou com suspeita de COVID-19, não comparecer ao local de provas.
 8.5.2. Poderá ser dispensado de utilizar a máscara ou candidato com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiência sensorial ou com quaisquer outras deficiências que o impeçam de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial, desde que apresente declaração médica específica sobre a realização da respectiva prova.
 8.5.3. Dirigir-se imediatamente à sua respectiva sala de prova. Será proibida a permanência de candidatos e de outras pessoas no saguão, área externa ou corredores do local de provas.
 8.5.4. Ser responsável pelo acondicionamento e/ou descarte de seu material de proteção pessoal utilizado (máscaras, luvas etc), segundo as recomendações dos órgãos de saúde. Não será permitido o descarte desse material no local de provas.

8.5.5. Recomendado-se, ainda, que o candidato:
 a) Lave as mãos adicionais, de acordo com o período de duração da prova, considerando as recomendações dos órgãos de saúde;
 b) lve álcool em gel a 70% para uso pessoal;
 c) use garrafa ou utensílio para acondicionamento de água (à vista que os bebedouros somente poderão ser acionados para enchimento desobediência geral/furto);
 8.5.6. Se houver dúvida em relação à fisiologia/identidade do candidato no momento da identificação, poderá ser exigida a retirada da máscara, mantido o distanciamento recomendado, e sua imediata recolocação após a identificação, podendo, ainda, ser exigido o exame da máscara e/ou máscara reserva.
 8.5.7. Durante a realização da prova, também poderá ser exigida a retirada da máscara, conforme o procedimento descrito no item 8.5.6.
9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
 Na avaliação do candidato será adotado o critério de notas de 0 (zero) a 10 (dez) em todas as provas, detalhados com os seguintes critérios.
PROVA ESCRITA: A prova escrita constará de dissertação sobre um único tema a ser sorteado, na presença dos candidatos, conforme o Programa do Concurso e terá como objetivo apurar o desempenho do candidato nos tópicos abaixo, os quais serão valorados da seguinte forma:
 a) Inteligibilidade da grafia (letra legível) – (até 0,5 ponto);
 b) Ortografia – (até 0,5 ponto);
 c) Sequência e conexão das ideias (Introdução, desenvolvimento e conclusão) – (até 1 ponto);
 d) Habilidade em expor o assunto em linguagem clara e acessível – (até 1 ponto);
 e) Conteúdo (abordagem do tema com fundamentação teórica, com abrangência e profundidade) – (até 6 pontos);
 f) Capacidade de síntese e objetividade – (até 1 ponto).
 Os candidatos terão um prazo máximo de uma hora para consulta bibliográfica, em material bibliográfico previamente separado e trazido para o local das provas pelo candidato. Transcorrido este prazo, a banca examinadora liberará as folhas do roteiro realizado pelos candidatos e, na sequência, terá um prazo máximo de três horas para realização e entrega da prova, sem consulta.

PROVA DIDÁTICA: A prova será pública e constará de aula teórica em nível de graduação, com duração de, no mínimo, 40 minutos e, no máximo, 60 minutos, sobre o tema a ser sorteado, com 24 horas de antecedência, conforme Programa do Concurso. A ordem de apresentação da aula seguirá a ordem de inscrição do candidato no referido concurso, sendo que os critérios de avaliação com as respectivas pontuações serão:
 I. Domínio teórico e conceitual do assunto - (até 2,0 pontos);
 II. Planejamento, organização e desenvolvimento da aula - (até 2,0 pontos);
 III. Clareza expositiva, Postura e Voz - (até 1,0 ponto);
 IV. Uso adequado dos recursos didáticos utilizados - (até 1,0 ponto);
 V. Adequação do tema para a graduação – (até 2,0 pontos);
 VI. Adequação da bibliografia utilizada – (até 2,0 pontos).
ANÁLISE CURRICULAR: análise do Currículo Lattes, onde serão analisadas as atividades de formação, didática e científica, com ênfase na experiência para as atividades relacionadas com o conjunto de disciplinas em concurso, deverão ser obedecidas aos critérios abaixo:
 Titulação – até 40%;
 I. Mestrado – até 40%;
 II. Doutorado – até 40%;
 Formação acadêmica – até 40%;
 I. Orientações e/ou Co-orientações (Concluídas e/ou em andamento) – (até 0,5 ponto);
 II. Iniciação Científica e/ou trabalho de conclusão de curso; – Dissertação de Mestrado e/ou Tese de Doutorado;

2. Publicações – (até 4,5 pontos):
 Artigo Técnico-científico em periódico nacional e/ou internacional;
 – Trabalho completo e/ou resumo expandido em anais de reuniões científicas nacionais e/ou internacionais;
 – Resumo em anais de reunião científica nacional e/ou internacional;
 – Resumo técnico-científico em boletim técnico e/ou revista técnica e/ou jornal de notícias;
 3. Apresentação de trabalho em reunião científica nacional e/ou internacional – (até 2,5 pontos);
 4. Participação em eventos científicos (congressos e similares) – (até 2,5 pontos).
 Experiência profissional – até 20%;
 1. Ensino médio – (até 1 ponto);
 2. Ensino de graduação – (até 2 pontos);
 3. Pós-graduação: stricto sensu – (até 0,5 ponto);
 4. Cursos ministrados: Extensão, Aperfeiçoamento e Especialização – (até 1,5 pontos);
 5. Curso de curta duração – (até 2 pontos);
 6. Atividades de monitoria na graduação/estágio docência – (até 3 pontos).
10. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE
 10.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 07 (sete), atribuídos por pelo menos, 02 (dois) membros da comissão examinadora.
 10.2. O ordem de classificação dos candidatos aprovados será estabelecida em função da maior média final obtida.
 10.3. Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
 com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;
 maior mérito em prova didática;
 maior média na Prova Escrita;
 maior titulação;
 mais tempo na titulação.
 11. DOS RECURSOS
 11.1. Caberá recurso, devidamente fundamentado, à Congregação/Conselho Diretor, no caso do Câmpus Experimental, nas seguintes hipóteses:
 I - contra a decisão de indeferimento da inscrição, no prazo de 3 (três) dias úteis após a divulgação da lista de inscritos, no endereço eletrônico da Universidade Estadual de São Paulo.
 II - do resultado final do concurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua divulgação no Diário Oficial do Estado - DOE.
 11.2. O pedido de recurso é notor, previsto no item 8.4.4, suspende o prazo de acesso contra o resultado final, o qual será retomado a partir do atendimento das extensões por mais 1 (um) dia útil se o deferimento tiver ocorrido no último dia da prova recursal.
 11.3. O candidato poderá interpor recurso, devidamente fundamentado, no endereço eletrônico <https://inscricao.unesp.br>.

12. CONTRATACÃO
 12.1. A contratação somente se efetivará após a homologação, esgotado o prazo para recurso ou julgado definitivamente os recursos interpostos.
 12.2. Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previsto no edital têm direito líquido e certo à contratação, no prazo de validade do concurso e na forma especificada no edital.
 12.3. O contrato de trabalho será estabelecido em prazo máximo equivalente ao ano letivo fixado no calendário escolar, correspondendo ao período máximo de até 10 (dez) meses, não podendo ser prorrogado.
 12.4. Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;
 12.5. Comprovante de estar quitado com a Justiça Eleitoral;
 12.6. O candidato estrangeiro fica dispensado das exigências contidas nos artigos 12.4 e 12.5.
 12.7. Não registrar antecedentes criminais.
 12.8. O candidato deverá observar, o prazo de interstício mínimo entre o término da vigência de um contrato em qualquer Unidade da Unesp e o início de outro, previsto na Lei Complementar nº 109/2009 e suas alterações.
13. DISPOSIÇÕES GERAIS
 13.1. O resultado final do concurso público será publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.
 13.2. A Congregação/Conselho Diretor, no caso de Câmpus Experimental, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder o recurso impetrado, a contar do prazo final para recurso.
 13.3. O resultado final do concurso público será homologado pela Congregação da Unidade Universitária.
 13.4. Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na sala ou local de sorteio/prova no horário estabelecido ou não portar documento original oficial com foto.
 13.5. A validade deste concurso será a partir da data de publicação no Diário Oficial do Estado - DOE da homologação até o final do ano letivo.
 13.6. Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto nos casos em que o concurso público não se realize.
 13.7. E de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no Diário Oficial do Estado - DOE e no endereço eletrônico www.inscricao.unesp.br, referente ao presente concurso.
 13.8. Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela comissão examinadora.
 13.9. A inscrição implicará no conhecimento deste Edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas.
 13.10. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e/ou informações prestadas no ato da inscrição.
 13.11. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o seja contratado posteriormente.
 13.12. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.
 13.13. Qualquer membro da Congregação da Unidade Universitária ou da Comissão tem legitimidade para denunciar à direção da Unidade, ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público, de forma fundamentada, as irregularidades que constar na execução do concurso, em qualquer das suas fases. (PROC. 75/2022-CBA).

PROGRAMA:
 1. Perspectivas Anomométricas;
 2. Teorias Ortogonais;
 3. Métodos de Omissão e Vistas;
 4. Cortes e Seções;
 5. Cotejamento de Desenhos;
 6. Fanficanção de Superfícies.
BIBLIOGRAFIA
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 840: execução de caracteres para escrita em desenhos técnicos. Rio de Janeiro, 1984, 8 p.
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 8403: aplicação de linhas em desenhos: tipos de linhas: largura das linhas. Rio de Janeiro, 1984, 6 p.
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 8404: indicação de estado de superfície em desenhos técnicos. Rio de Janeiro, 1984, 14 p.
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 8993: representação convencional de partes rosçadas em desenhos técnicos. Rio de Janeiro, 1985, 4 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, NBR 10067: princípios gerais de representação em desenho técnico: vistas e cortes, Rio de Janeiro, 1987, 16 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, NBR 10068: folha de desenho: layout e dimensões, Rio de Janeiro, 1987, 6 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, NBR 10126: cotagem em desenho técnico, Rio de Janeiro, 1987, 16 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, NBR 10582: conteúdo da folha para desenho técnico, Rio de Janeiro, 1986, 5 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, NBR 10067: princípios gerais de representação em desenho técnico: vistas e cortes, Rio de Janeiro, 1987, 16 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, NBR 10647: desenho técnico: norma geral, Rio de Janeiro, 1989, 2 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, NBR 13142: desenho técnico: dobramento de cópia, Rio de Janeiro, 1993, 3 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, NBR 14546: tolerâncias geométricas: requisitos de máximo e requisitos de mínimo material, Rio de Janeiro, 2001, 24 p.

FRENCH, T. E. Desenho Técnico, Porto Alegre: Globo, 1979, 3 v.

GIONGO, R. A. Curso de desenho geométrico, São Paulo: Nobel, 1984, 98 p.

SILVA, A., RIBEIRO, C. T., DIAS, J.; SOUZA, L. Desenho técnico moderno, 4. ed., Rio de Janeiro: LTC, 2006, 475 p.

WAGNER, C. Construções geométricas, Rio de Janeiro: SBM, 2000, 110 p.

FACULDADE DE ENGENHARIA
CÂMPUS DE IHA SOLTEIRA
EDITAL Nº 15/2022-SDIARH
Acham-se abertas, nos termos do Despacho nº 46/2022-RUNESP de 12/01/2022, publicado em 13/01/2022 e com base na Resolução UNESP nº 58/2018 e alterações posteriores e Portaria UNESP nº 98/2021, às inscrições do concurso público de Provas e Títulos para a contratação de 1 (um) PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter eventual, para atender excepcional interesse público, no ano letivo de 2022, pelo prazo máximo de 10 meses, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área: Matemática, subárea de conhecimento: Análise e Geometria e no conjunto de disciplinas: "Cálculo Diferencial e Integral III" e "Geometria Analítica e Álgebra Linear", junto ao Departamento de Matemática da Faculdade de Engenharia da UNESP - Campus de Iha Solteira.

O candidato deverá exercer as atividades de docência em cursos de graduação nos períodos diurno e/ou noturno, dependendo das necessidades do Departamento.

1. REMUNERAÇÃO
1.1. O salário do Professor Substituto é de R\$ 1.371,79, correspondente à referência MS-2, em 12 horas semanais, acrescido de benefícios regulamentados internamente.

095. Caso o candidato tenha título superior ao exigido, o salário será correspondente à titulação comprovada.

Por tratar-se de contratação em caráter eventual e temporária, ainda que o candidato venha a obter titulação acadêmica superior, homologada após a assinatura do contrato, esta não será considerada para fins de aumento salarial.

2. INSCRIÇÕES
2.1. As inscrições serão recebidas via internet, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>, no período de 01/02/2022 a 15/02/2022, no horário das 00:00 às 23:59, observado o horário de Brasília.

2.2. O candidato deverá preencher o formulário eletrônico do site de inscrições e realizar o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 118,00 por meio de transferência ou depósito bancário na conta-corrente da FIES/UNESP - CNPJ: 48.031.918/0001-20 - Banco do Brasil - 001 - Agência: 2833-9 - Conta-Corrente: 107.5381-1.

2.3. A inscrição só será considerada mediante pagamento do valor total da respectiva inscrição no prazo final do período indicado no item 2.1.

2.4. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição, salientando as exigências do item 5.

3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO
3.1. Poderão inscrever-se graduados em curso superior que tenham, no mínimo, título de Mestre ou portadores de certificação de especialização em nível de pós-graduação na área da disciplina que pretendem lecionar. A qualificação necessária à inscrição para o concurso será demonstrada por estudos em nível de graduação, na área, subárea do conhecimento à qual se integra a disciplina ou conjunto de disciplinas objeto do concurso.

3.1.1. Os diplomas de graduação com validade nacional ou os obtidos no exterior serão aceitos para a contratação.

3.1.1.1. Os diplomas de graduação obtidos no exterior deverão estar devidamente por Universidades Públicas, atendendo os termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/1996.

3.1.2. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado serão aceitos, quando obtidos em cursos de pós-graduação reconhecidos pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

3.1.3. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado no exterior serão aceitos, desde que estejam registrados e registrados por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

3.2. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte, entretanto, por ocasião da contratação deverá comprovar, ser portador de visto permanente ou a cédula de identidade com visto temporário com prazo de validade compatível. Caso ainda não possua, deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, cópia simples do protocolo do pedido de visto temporário.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO
4.1. Para a confirmação da inscrição o candidato deverá preencher o formulário de inscrição, indicando nome completo, número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, anexando, em formato "Portable document format" (PDF), frente e verso, os seguintes documentos:

4.1.1. Pelo menos um dos seguintes documentos de identificação com foto: cédula de identidade; carteira nacional de habilitação; cédula de identidade de estrangeiro com visto permanente ou temporário e na falta desta, o passaporte, no caso de candidato estrangeiro;

4.1.2. Comprovante de graduação em curso superior, bem como de ser portador do título de Mestre ou portadores de certificação de especialização em nível de pós-graduação na área da disciplina que pretendem lecionar ou cópia da ata de defesa da tese, condicionada a apresentação do título homologado, na ocasião da contratação, (quando for o caso).

4.1.2.1. nos casos de transferência ou depósito bancário, o candidato deverá anexar o comprovante da operação bancária na área do candidato do sistema de inscrições no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>

4.1.4. Currículo Lattes documentado das atividades realizadas, inclusive com o histórico escolar - graduação e pós-graduação do candidato no qual sejam indicadas as trabalhos publicados e todas as demais informações que permitam cabal avaliação do mérito do candidato.

4.1.5. Os candidatos estrangeiros podem se cadastrar no site da Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

4.2. No ato da contratação, a apresentação das vias originais da documentação mencionada neste edital poderá ser solicitada.

5. REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO - LEI 12.782/2007
5.1. A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinquenta por cento), será concedida aos candidatos interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:

I - sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação;

II - percebam remuneração, mensal, inferior a 02 (dois) salários mínimos, ou estejam desempregados.

5.2. A concessão da redução ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, no ato da inscrição:

I - quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:

a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;

II - quanto às circunstâncias previstas no inciso II do item 5.1, deste Edital:

a) comprovante de renda ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado;

5.3. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá acessar nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição, de 00h00 da 01/02/2022 às 23:59h do dia 02/02/2022, observado o horário de Brasília, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br> (no campo INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, do formulário de inscrição), ler e aceitar o requerimento.

5.3.1. O candidato deverá atestar a veracidade das informações documentais no requerimento de redução de taxa, sem prejuízo de eventual apresentação dos originais caso a UNESP entenda necessário. Em caso de declaração falsa, haverá sanções administrativas, civis e penais.

5.4. Somente serão aceitos os documentos dos quais constem todos os dados necessários à sua perfeita análise.

5.5. O deferimento ou indeferimento das solicitações de redução de taxa de inscrição será disponibilizado no local das inscrições, no dia 03/02/2022 a partir das 14 horas, no caso de indeferimento, o prazo para interposição de recurso será de 03 (três) dias contando a data de divulgação.

6. DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES
6.1. FIM DO PRAZO PREVISTO NO ITEM 2.1, A Comissão Examinadora, em 48 (quarenta e oito) horas depois de publicado no Diário Oficial do Estado-DOE e divulgado o site da Unidade o ato formal de sua constituição, decidirá acerca das inscrições efetuadas, divulgando o ato decisório no endereço eletrônico indicado no edital, com esclarecimentos acerca dos recursos regimentais cabíveis para a hipótese de indeferimento.

6.1.1. Será publicado, no Diário Oficial do Estado - DOE, Poder Executivo - Seção I, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas, por não se enquadrarem nas exigências estabelecidas no presente edital.

6.1.2. O candidato poderá requerer no seguinte e-mail: stdi@fies.unesp.br, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação a que se refere o item anterior, considerando quanto ao indeferimento de sua inscrição, que será apreciada pela Congregação da Unidade Universitária, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do prazo final de recurso.

7. COMISSÃO EXAMINADORA
7.1. As provas serão avaliadas por Comissão Examinadora especialmente criada para o certame.

7.2. A Comissão Examinadora será indicada pelo Conselho do Departamento de Ensino, constituída por ato formal da Congregação da Unidade Universitária, depois de encerradas as inscrições.

7.3. A Comissão será integrada por 6 (seis) docentes (3 membros titulares e 3 suplentes) da área ou disciplina objeto do concurso e com titulação igual ou superior àquela exigida dos candidatos.

7.4. A composição da Comissão Examinadora será divulgada no endereço eletrônico da Universidade, paralelamente ao hiperlink de acesso ao edital do concurso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização da primeira prova.

7.5. No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a publicação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

7.6. Terá legitimidade para apresentar a impugnação:

a) qualquer candidato com inscrição deferida;

b) membro da Congregação da Unidade Universitária;

c) membro da própria Comissão.

7.6.1. A impugnação será julgada pelo Diretor da Unidade no prazo de até 2 (dois) dias, em decisão fundamentada.

7.6.2. Se acolhida a impugnação, competirá ao Diretor da Unidade, de imediato, substituir o membro da Comissão Examinadora, respeitadas as mesmas exigências da formação original e renovada a possibilidade de impugnação a partir da publicação do ato.

7.6.3. Ainda que não haja impugnação formal, o Diretor da Unidade poderá determinar ex officio, de forma fundamentada, a substituição de membro da Comissão caso tenha conhecimento de causa de impedimento não declarada (verdade sabida). Com a não publicação observará-se o disposto nos itens anteriores desta subseção.

7.7. Será considerada definitiva a Comissão Examinadora:

a) quando não tenha sido apresentada qualquer impugnação, ou em sua substituição ex officio;

b) se a impugnação apresentada não for acolhida;

c) se acolhida a impugnação, for definitivamente superada a falha.

7.8. A impugnação da Comissão Examinadora deverá ser protocolada na Seção Técnica de Comunicações dentro do prazo previsto no item 7.5.

8. PROVAS, REALIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E JULGAMENTO
8.1. O concurso de provas e títulos constará de três fases:

I - prova escrita, de caráter classificatório (Peso 1);

II - prova didática, de caráter classificatório (Peso 2);

III - análise de Currículo Lattes documentado, de caráter classificatório (Peso 1).

8.2. O concurso poderá ser realizado, a critério da Unidade, de dois modos: presencial ou híbrido, que será divulgado quando da convocação para as provas.

8.2.1. O modo presencial será aplicado de acordo com as normas previstas na Unesp e os candidatos e membros da Comissão Examinadora deverão estar presencialmente no local em que o concurso será realizado.

8.2.2. No modo híbrido serão adotados os seguintes critérios:

a) os candidatos, o presidente e os demais membros da Comissão Examinadora que pertencam a unidade de origem do concurso deverão, necessariamente, estar presencialmente nas dependências físicas onde o concurso será realizado;

II - os membros da Comissão Examinadora que sejam externos à unidade de origem do concurso, participando de forma remota, por meio de sistemas de videoconferência, ou outros meios eletrônicos de participação à distância.

8.2.3. Durante a realização da prova, caso seja verificado problema técnico que inviabilize a participação de membros da Comissão Examinadora externa à unidade de origem do concurso, em não havendo restabelecimento da conexão no prazo de trinta minutos, a etapa será suspensa, com convocação posterior de nova data.

8.2.7. Havendo o restabelecimento da conexão, a prova será retomada a partir da etapa em que houver ocorrido a interrupção temporária ou, diante da impossibilidade de retomada, será integralmente refeita.

8.3. Serão preservadas as provas finalizadas antes de interrupção por problemas técnicos.

8.4. As ocorrências de problemas técnicos deverão ser registradas no relatório do concurso.

8.5. Serão realizadas a análise e a avaliação realizadas de forma remota pelos membros externos da Comissão Examinadora ocorrerão nas mesmas condições oferecidas aos membros internos na forma presencial.

8.6. As provas são 56 terão início depois de publicadas a decisões de recursos eventualmente interpostos contra o indeferimento das inscrições.

8.7. Os critérios e respectivas pontuações de avaliação das provas, julgamento, classificação e desempate serão definidos pelo Conselho do Departamento de Ensino na Unidade Universitária, valendo-se de legislação específica, elaborada pela unidade e aprovada em Congregação, observadas as seguintes particularidades:

8.4.1. Nas duas primeiras fases do concurso, a avaliação de cada candidato constituirá ato privativo do integrante da Comissão que deverá apresentar as suas notas de forma reservada à Presidência do órgão.

8.4.2. A abertura dos documentos de atribuição de nota será feita em reunião da Comissão e na presença de todos os seus membros titulares, depois de examinados todos os candidatos que estiverem nas fases.

8.4.3. A análise referida na terceira fase do concurso poderá ser feita de forma consensual pelos membros da Comissão, antes da abertura das demais notas atribuídas às provas e arguição das fases precedentes, observados os critérios objetivos de pontuação previstos em legislação específica da Unidade e previamente divulgados no edital do concurso.

8.4.4. Apuradas todas as notas, serão divulgadas as médias finais, na ordem de classificação, permitindo a qualquer candidato, a pedido, o acesso às planilhas de composição das notas de todos os candidatos.

8.4.5. O resultado do concurso será homologado pela Congregação da Unidade Universitária e publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

8.5. Considerando as recomendações e medidas dos centros e departamentos governamentais do Estado de São Paulo, com vistas à prevenção do contágio e ao combate do novo Coronavírus (COVID-19), serão observados os cuidados de distanciamento social e higienização relativos à prevenção do contágio da COVID-19, devendo o candidato:

8.5.1. Se estiver com sintomas de COVID-19 ou se teve contato com alguém doente ou com suspeita de COVID-19, não comparecer ao local de provas.

8.5.2. Comparecer e permanecer no local de provas fazendo uso de máscara de proteção facial, com cobertura total de nariz e boca, o que será verificada com clareza sua identificação. Não será permitida a entrada, nem a permanência, no local de provas, de candidato que estiver sem a máscara.

8.5.2.1. Poderá ser dispensado de utilizar a máscara o candidato com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual ou deficiência sensorial ou com quaisquer outras deficiências que o impeça de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial desde que apresente declaração médica específica, no dia da realização da respectiva prova.

8.5.3. Dirigir-se imediatamente à sua respectiva sala de prova, após a permissão de acesso de candidatos e de outras pessoas no saguão, área externa ou corredores do local de provas.

8.5.4. Ser responsável pelo acondicionamento e/ou descarte de seu material de proteção pessoal utilizado (máscaras, luvas etc.) e não permitir a permanência de candidatos e de outras pessoas no saguão, área externa ou corredores do local de provas.

8.5.5. Recomenda-se, ainda, que o candidato:

a) leve máscaras adicionais, de acordo com o período de duração de sua prova, considerando as recomendações dos órgãos de saúde;

b) leve álcool em gel a 70% para uso pessoal;

c) garrafa ou utensílio para acondicionamento de água (à vista de que os bebedouros somente poderão ser acionados após o término da prova);

d) garrafa ou utensílio para acondicionamento de água (à vista de que os bebedouros somente poderão ser acionados após o término da prova);

e) não trazer consigo material de identificação do candidato no momento da identificação, poderá ser exigida a retirada da máscara, mantido o distanciamento recomendado, e sua imediata recolocação após a identificação, podendo, ainda, ser exigido o exame da máscara e/ou máscara reserva.

8.5.7. Durante a realização da prova, também poderá ser exigido a retirada da máscara, conforme o procedimento descrito no item 8.5.6.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
Na avaliação do candidato será adotado o critério de notas de 0 (zero) a 10 (dez) em todas as provas, detalhados com os seguintes critérios:

PROVA ESCRITA: A prova escrita constará de dissertação sobre um único tema a ser sorteado, na presença dos candidatos, conforme Programa do Concurso e terá como objetivo avaliar o desempenho do candidato nos itens abaixo, os quais serão valorados da seguinte forma:

a) Inteligibilidade da grafia (letra legível) - (até 0,5 ponto);

b) Ortografia - (até 0,5 ponto);

c) Sequência e concatenação das ideias (Introdução, desenvolvimento e conclusão) - (até 1 ponto);

d) Clareza na exposição do assunto em linguagem clara e acessível - (até 1 ponto);

e) Conteúdo (abordagem do tema com fundamentação teórica, com abrangência e profundidade) - (até 6 pontos);

f) Capacidade de síntese e objetividade - (até 1 ponto).

8. ANÁLISE DE CURRÍCULO: Na análise do Currículo Lattes, onde serão analisadas as atividades de formação, didática e científica, com maior ênfase para as atividades relacionadas com o conjunto de disciplinas em concurso, deverão ser obedecidos aos critérios abaixo:

Titulação - até 40%;

1. Mestrado - (até 4 pontos);

2. Doutorado - (até 6 pontos);

Formação acadêmica - até 40%;

1. Orientações e/ou Coorientações (Concluídas e/ou em andamento) - (até 0,5 ponto);

- Iniciação Científica e/ou trabalho de conclusão de curso;

- Iniciação de Mestrado e/ou Tese de Doutorado;

2. Publicações - (até 4,5 pontos);

- Artigo Técnico-científico em periódico nacional e/ou internacional;

- Trabalho completo e/ou resumo expandido em anais de reuniões científicas nacionais e/ou internacionais;

- Resumo em anais de reunião científica nacional e/ou internacional;

- Resumo técnico-científico em boletim técnico e/ou revista técnica e/ou jornal de notícias;

3. Apresentação de trabalho em reunião científica nacional e/ou internacional - (até 2,5 pontos);

4. Participação em eventos científicos (congressos e similares) - (até 2,5 pontos);

Experiência profissional - até 20%;

1. Ensino médio - (até 1 ponto);

2. Curso de graduação - (até 2 pontos);

3. Pós-Graduação: stricto-sensu - (até 0,5 ponto);

4. Cursos ministrados: Extensão, Aperfeiçoamento e Especialização - (até 1,5 pontos);

5. Curso de curta duração - (até 2 pontos);

6. Atividades de monitoria na graduação/estágio docência - (até 3 pontos);

10. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE
10.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 07 (sete), atribuídas por, pelo menos, 02 (dois) membros da comissão examinadora.

10.2. A ordem de classificação dos candidatos aprovados será estabelecida em função da maior média final obtida.

10.3. Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será a maior preferência no que à idade mais elevada;

maior média na Prova Didática;

maior média na Prova Escrita;

maior titulação;

mais tempo na habilitação.

11. DOS RECURSOS
11.1. Caberá recurso, devidamente fundamentado, à Congregação/Conselho Diretor, no caso dos Câmpus Experimental, nas seguintes hipóteses:

I - contra a decisão de indeferimento da inscrição, no prazo de 3 (três) dias úteis após a divulgação da lista de inscritos, no endereço eletrônico da Universidade;

II - do resultado final do concurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua divulgação no Diário Oficial do Estado - DOE.

11.2. O pedido de acesso às notas, previsto no item 8.4.4, suspende a partir do recurso contra o resultado final, o qual será retomado a partir do atendimento, estendendo-se por mais 1 (um) dia útil se o deferimento tiver ocorrido no último dia do prazo recursal.

11.3. O candidato poderá interpor recurso, devidamente fundamentado, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>.

12. CONTRATADAÇÃO
12.1. A contratação somente se efetivará após a homologação, esgotado o prazo para recurso ou julgados definitivamente os recursos interpostos.

12.2. Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital têm direito líquido e certo à contratação, no prazo de validade do contrato em forma especificada no edital.

12.3. O contrato de trabalho será estabelecido em prazo máximo equivalente ao ano letivo fixado no calendário escolar, correspondendo ao período de até 10 (dez) meses, quando não poderá ser prorrogado.

12.4. Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

12.5. Comprovante de estar quitado com a Justiça Eleitoral;

12.6. O candidato estrangeiro fica dispensado das exigências contidas nos itens 12.4 e 12.5;

12.7. Não registrar antecedentes criminais.

12.8. O candidato deverá observar o prazo de interstício mínimo entre o término da vigência de um contrato em qualquer Unidade da Unesp e o início de outro, previsto na Lei Complementar nº 1093/2009 e suas alterações.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1. O resultado final do concurso público será publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.2. A Congregação/Conselho Diretor, no caso de Câmpus Experimental, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder o recurso interposto, a contar do prazo final para recurso.

13.3. O resultado final do concurso público será homologado pela Congregação da Unidade Universitária.

13.4. Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na sala ou local de sorteio/prova no horário estabelecido ou não portar documento original com foto.

13.5. A validade deste concurso será a partir da data da homologação no Diário Oficial do Estado - DOE da homologação até o final do ano letivo.

13.6. Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto nos casos em que o concurso público não se realizar.

13.7. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no Diário Oficial do Estado - DOE e no endereço eletrônico www.inscricoes.unesp.br, referendo ao presente concurso.

13.8. Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela comissão examinadora.

13.9. A inscrição implicará no conhecimento deste Edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas.

13.10. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no ato da inscrição.

13.11. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em consequência, anulados todos os atos até decorrentes, mesmo que aprovado e que o seja constituído posteriormente.

13.12. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso e ser publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.13. Qualquer membro da Congregação da Unidade Universitária ou da Comissão tem legitimidade para denunciar à direção da Unidade, ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público, de forma fundamentada, as irregularidades que constar na execução do concurso, em qualquer das suas fases. (PROC. 76/2022-CEA).

PROGRAMA:
1. Integral indefinida e propriedades.
2. Técnicas de integração.
3. Integral definida e o Teorema Fundamental do Cálculo.
4. Fórmulas Clássicas do Cálculo Integral.
5. Aplicações da integral definida.
6. Integrações impróprias.
7. Geometria analítica espacial: Equações de reta e plano.
8. Posição relativa de retas e planos.
9. Espaços vetoriais. Base e dimensão de um espaço vetorial.
10. Transformações Lineares e propriedades.
11. Autovalores e autovetores.
12. Diagonalização de operadores Lineares.
BIBLIOGRAFIA:
BOLDRINI, J. L. et al. Álgebra Linear, 3. ed., São Paulo: Harbra, 1986.
COELHO, F. U.; LOURENÇO, M. L. Um curso de álgebra linear. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2001.
GULBORZED, H. L. Um curso de cálculo, Rio de Janeiro: LTC, 2000.
OLIVEIRA, L. C.; BOULOS, E. P. Geometria analítica: um tratamento vetorial, 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
THOMAS, G. B.; WIER, M.; HASS, J. Cálculo. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013, v. 1.